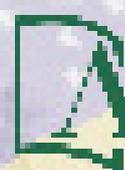


# Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

# **Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....   | <b>1</b>  |
| (DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO:<br>CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL                                 |           |
| <i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6051922011</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....   | <b>8</b>  |
| (RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS<br>ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE                                  |           |
| <i>Thaynah Barros de Araújo</i><br><i>Bárbara Braz Moreira</i>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6051922012</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....   | <b>19</b> |
| A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS<br>SEMANÁRIOS MARANHENSES   |           |
| <i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i><br><i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6051922013</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....   | <b>34</b> |
| A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA<br>EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN      |           |
| <i>Viviane Rodrigues Ferreira</i><br><i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6051922014</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....   | <b>45</b> |
| A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES<br>DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL |           |
| <i>Lorena Galvão Gaioso</i>   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6051922015</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....   | <b>53</b> |
| A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE  |           |
| <i>Wesley Helker Felício Silva</i>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6051922016</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | <b>65</b> |
| A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA<br>JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA   |           |
| <i>Andreza Marília de Lima</i><br><i>Deysiane Holanda de Oliveira</i><br><i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6051922017</b>  |           |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....   | <b>72</b>  |
| ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO  |            |
| <i>Alane Maria da Silva</i>   |            |
| <i>Marilene Bizerra da Costa</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6051922018</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....   | <b>83</b>  |
| CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL   |            |
| <i>Renner Coelho Messias Alves</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.6051922019</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....  | <b>94</b>  |
| CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL                               |            |
| <i>Wellington Júnior Jorge</i>  |            |
| <i>Izaque Pereira de Souza</i>  |            |
| <i>Aline Evelin Fabrício Macedo</i>   |            |
| <i>Ana Paula de Souza Santos</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220110</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....  | <b>105</b> |
| DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS   |            |
| <i>Francisco Mesquita de Oliveira</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220111</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....  | <b>117</b> |
| GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA        |            |
| <i>Daniel Neto Francisco</i>  |            |
| <i>Carlos Alberto Sarmento do Nascimento</i>  |            |
| <i>Lucimar Ferraz de Andrade Macedo</i>   |            |
| <i>Lamounier Erthal Villela</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220112</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....  | <b>130</b> |
| JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLITICAS PUBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?   |            |
| <i>Evânia Maria Oliveira Severiano</i>  |            |
| <i>Maria Luiza Fernandes Bezerra</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220113</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....  | <b>141</b> |
| LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL |            |
| <i>Fabrício Brito do Amaral</i>   |            |
| <i>Maria Fernanda Brito do Amara</i>  |            |
| <i>Deusiney Robson de Araujo Farias</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220114</b>   |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....   | <b>148</b> |
| MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”   |            |
| <i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>   |            |
| <i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220115</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....   | <b>160</b> |
| MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA   |            |
| <i>Sintia Luz</i>  |            |
| <i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220116</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....   | <b>170</b> |
| NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  |            |
| <i>Micheline Ramos de Oliveira</i>   |            |
| <i>Eduardo Guerini</i>   |            |
| <i>Aline Perussolo</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220117</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....   | <b>180</b> |
| O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL   |            |
| <i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220118</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....   | <b>190</b> |
| O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS  |            |
| <i>Aline Cunha da Fonseca</i>  |            |
| <i>Cristine Jaques Ribeiro</i>   |            |
| <i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>   |            |
| <i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220119</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....   | <b>200</b> |
| O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS   |            |
| <i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>  |            |
| <i>Igor de Souza Soares</i>  |            |
| <i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>  |            |
| <i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220120</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....   | <b>222</b> |
| “PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA |            |
| <i>Carina de Santana Alves</i>   |            |
| <i>Josimara Aparecida Delgado</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220121</b>  |            |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 22</b> .....  | <b>236</b> |
| PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”?<br>UM NOVO PAÍS?  |            |
| <i>Alane Maria da Silva</i><br><i>Marilene Bizerra da Costa</i><br><i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220122</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 23</b> .....  | <b>247</b> |
| POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER)<br>INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS   |            |
| <i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220123</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 24</b> .....  | <b>259</b> |
| POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO<br>CONSCIENTIZADORA  |            |
| <i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i><br><i>Ana Paula de Souza Santos</i><br><i>Fujie Kawasaki</i><br><i>Rafael Pereira</i><br><i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i><br><i>Wellington Júnior Jorge</i> |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220124</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 25</b> .....  | <b>269</b> |
| POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE   |            |
| <i>Francisco Coelho Mendes</i><br><i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220125</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 26</b> .....  | <b>281</b> |
| POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO<br>ASSARÉ   |            |
| <i>Mônica Sales Barbosa</i><br><i>Bryan Silva Andrade</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220126</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 27</b> .....  | <b>293</b> |
| PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS<br>PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA<br>NOVA EM BELÉM (PA)                               |            |
| <i>Welson de Sousa Cardoso</i><br><i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220127</b>   |            |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 28</b> .....  | <b>304</b> |
| REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS |            |
| <i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i>  |            |
| <i>Odemir Vieira Baeta</i>  |            |
| <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i>   |            |
| <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220128</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 29</b> .....  | <b>322</b> |
| REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS   |            |
| <i>Frednan Bezerra dos Santos</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220129</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 30</b> .....  | <b>334</b> |
| SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA  |            |
| <i>Wanda Griep Hirai</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220130</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 31</b> .....  | <b>346</b> |
| TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS   |            |
| <i>Tuanny Soeiro Sousa</i>  |            |
| <i>Luama Alves</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220131</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 32</b> .....  | <b>358</b> |
| UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS  |            |
| <i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220132</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 33</b> .....  | <b>370</b> |
| UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL  |            |
| <i>Janine Pereira da Silva</i>  |            |
| <i>Rosimeri Salotto Rocha</i>   |            |
| <i>Valmin Ramos-Silva</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220133</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 34</b> .....  | <b>381</b> |
| A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS   |            |
| <i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.60519220134</b>   |            |
| <b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....   | <b>392</b> |

## PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?

**Alane Maria da Silva**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Natal – RN

**Marilene Bizerra da Costa**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Currais Novos – RN

**Kelsiane de Medeiros Lima**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Currais Novos – RN

**RESUMO:** A extrema pobreza representa um grave problema social que tem perpassado gerações. Sua presença em território brasileiro juntamente com a desigualdade, tem disseminando incontáveis efeitos negativos expondo a urgente necessidade de combate. O Estado tem desenvolvido ações visando solucionar tais problemáticas. O Plano Brasil Sem Miséria - BSM, por agregar as maiores estratégias, se destaca. O presente artigo ocupou-se em analisar seus reais efeitos. Constatou-se imprecisões conceituais em torno da extrema pobreza, as decorrências disso, além de fragilidades em torno do Plano ensejando maiores reflexões sobre o proclamado fim da indigência bem como a contribuição do BSM nesse processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extrema pobreza. Desigualdade. Plano Brasil Sem Miséria.

**ABSTRACT:** Extreme poverty is a serious social problem that has permeated generations. Its presence in Brazil along with inequality, spreading has countless negative effects exposing the urgent need to combat. The state has developed actions to resolve such problems. The Brazil Without Poverty Plan - BSM, by adding the highest strategies stand out. This article took care to analyze their actual effects. It was found misconceptions about the extreme poverty, the moves that, in addition to weaknesses around the larger plan entailing reflections on the proclaimed end of poverty and the BSM contribution to it.

**KEYWORDS:** Extreme poverty. Inequality. Plan Brazil Without Poverty.

### 1 | INTRODUÇÃO

Tem-se assistido recentemente a constantes discussões em torno da problemática social que a pobreza e extrema pobreza representam. Sabe-se que tamanho mal encontra-se enraizado na história brasileira e que acompanhado da desigualdade exacerbada constituíram os principais elementos caracterizadores do cenário social que se construiu ao longo do tempo.

Embora tais problemáticas e, por conseguinte, suas necessidades de solução

não sejam recentes, as mais consistentes políticas públicas voltadas para seu combate vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos. Diante dessa efervescência em torno da extrema pobreza e perante as medidas de combate utilizadas, o Plano Brasil Sem Miséria se destaca. Sendo assim, o presente artigo surge com o propósito de estudar os efeitos do BSM enquanto ferramenta de eliminação da extrema pobreza brasileira e “inclusão” social. Para tanto, fez-se uso de pesquisa bibliográfica.

O estudo encontra-se apresentado em três itens. Inicialmente fez-se uma breve explanação sobre pobreza, extrema pobreza e “exclusão” ressaltando a persistência e característica dessas pautada na desigualdade em território brasileiro. A referida explanação cumpriu ainda com a intenção de esclarecer a existência de grande embate teórico em torno de ambas as terminologias.

O segundo item, por sua vez, ocupou-se na exposição minuciosa do BSM. Sendo assim, fez-se a descrição dos aspectos pertinentes ao seu surgimento e enfatizou-se seu principal objetivo. Descreveu-se a sua complexa estrutura a qual encontra-se constituída. Relatou-se ainda a quantidade e o perfil do público-alvo do BSM no momento em que o mesmo foi concebido. Pôde-se constatar a presença expressiva da miséria e da desigualdade em nível regional e, com isso, grandes desafios ao Plano. Por fim, o terceiro item privilegiou a análise da interferência do BSM sobre os extremamente pobres e a “inclusão” desses à cidadania.

## **2 | POBREZA E “EXCLUSÃO”: A REALIDADE BRASILEIRA NO PRISMA DA DISCUSSÃO.**

Não constitui nenhum fato novo a evidência de que a pobreza representa uma grave problemática social que vem ultrapassando incontáveis gerações. Embora possa ter alterado as suas faces, ainda assim, se faz fortemente presente irradiando uma série de complicações capazes de tomar grandes proporções.

A gravidade da problemática em questão assume maior significância quando colocamos o Brasil no foco da análise. A pobreza encontra-se enraizada na história do país. Tão forte e persistente é a sua presença que, de certo modo, pode ter assumido por muitos a imagem de algo comum, característico e, portanto, natural. Tal situação pode ser interpretada como se tratando do que Bordieu (1997) denominou “efeito de naturalização”. Incontestavelmente, a pobreza compôs junto com a desigualdade, as vigas mestres pelas quais se ergueu a estrutura brasileira. Entretanto, não se deve naturalizá-las.

A presença da pobreza em solo brasileiro e mais que isso, a crueldade com a qual mesma se mostra, torna-se intrigante diante do potencial que o país possui. Ainda somos internacionalmente reconhecidos pela significativa injustiça social que predomina. Somos um dos países mais desiguais do mundo. Podemos perceber assim, a clara relação existente entre a pobreza brasileira e desigualdade imperante.

Aliado a esse surgimento de discussões mais intensas em torno do combate efetivo da pobreza e da desigualdade no Brasil, outro fato intimamente relacionado a ambos também emerge em paralelo com certa voracidade. O fenômeno da exclusão social e sua percepção também ganha espaço. Como percebido por Oliveira (1997, Não paginado) “de alguns anos para cá, num contexto em que a miséria das massas brasileiras – sobretudo urbanas – adquiriu grande visibilidade, o conceito de ‘excluídos’ irrompeu no cenário público [...]”

Cumprindo então destacar que ao abordarmos uma temática que envolve pobreza bem como o sentido de “exclusão”, estamos claramente adentrando em um universo de conceitos em construção. Não existe uma única e adequada definição estabelecida tanto para pobreza quanto para “exclusão”. Aliás, a existência desta última é inclusive posta em dúvida. São diversos os estudos que tem se ocupado na busca pela definição desses dois fenômenos. Inúmeros pesquisadores expõem continuamente uma infinidade de conceitos, quando o definitivo e consensual ainda não existe.

É importante ressaltar que a imprecisão conceitual acarreta várias implicações. Estas se estendem à identificação da pobreza, mensuração, exposição e principalmente, no seu combate, ou seja, na adequada utilização das políticas públicas que visam a sua solução da pobreza, e por que não dizer, na correta avaliação da evolução desta.

São vários os tipos de pobreza frequentemente mencionadas na literatura, como também, diversas linhas de pobreza utilizadas. Com isso, são diversas as formas de se ver a pobreza. Mesmo diante dessa diversidade, a pobreza é de um modo geral dividida em duas classificações, sendo elas: pobreza e extrema pobreza.

Se o sentido de pobreza e, por conseguinte, extrema pobreza encontra-se imerso em um emaranhado de debates teóricos que sua aparente simples terminologia a um primeiro momento pode obscurecer, com a questão da “exclusão” não é diferente.

Essa complexidade em torno do sentido de exclusão decorre principalmente do uso contínuo e indiscriminado por muitos. Fato esse abordado por Oliveira (1997, Não paginado) ao destacar que o conceito de exclusão “[...] vem se prestando aos mais diversos usos, o que ocasiona uma certa diluição retórica de sua especificidade [...]” Chamar de excluído todo e qualquer grupo social desfavorecido pode levar a contrasensos [...].”

Consciente disso, ao se referir a “exclusão”, não há como não se questionar: excluído de que? Afinal, não se pode esquecer a importante observação feita por Oliveira (1997) ao enfatizar que identificação de “excluídos” depende do ponto vista.

Se nos referirmos à exclusão considerando o sistema econômico, em termos práticos o contingente populacional aparentemente posto à margem do mesmo revela-se alarmante. São consequências do próprio modo de produção vigente.

Karl Marx, já alertava esse fato sem nenhum receio, o que fica notório nas palavras de Oliveira (1997, Não paginado) que ao lembrá-lo, descrever que “Marx tinha por certo que, no capitalismo, o crescimento da riqueza produz, no pólo oposto, o crescimento do pauperismo, tanto que a isso chamou de ‘lei geral absoluta da

acumulação capitalista’.” Marx apud Oliveira (1997, Não paginado) complementa seu pensamento ao afirmar com convicção que “a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.”

Entretanto, quando analisamos a questão da “exclusão” dos indivíduos que estariam aparentemente à margem do sistema econômico em termos abstratos, podemos perceber a sua interligação ao sistema de outras maneiras. Eles fazem parte de um todo. Eles, de uma maneira ou de outra, acabam integrando o sistema. É parte dele. Talvez, não da melhor forma, ou pelo menos, de maneira digna ou justa. Às vezes até de modo desumano, mas são partes do funcionamento de algo maior.

É justamente nesse aspecto que Oliveira (1997, Não paginado) de forma bastante consistentes questiona o sentido de “exclusão” tão amplamente utilizado e denuncia a crueldade do sistema em que vivemos:

[...] como será possível falar em excluídos, ‘apartados’, pessoas que estão ‘fora’ etc., se elas estão, por vias transversas, ‘integradas’ ao sistema econômico? Dito de outra forma, qual o sentido de falar em duas ordens de realidade, dos ‘incluídos’ e dos ‘excluídos’, se ambas são produzidas por um mesmo processo econômico que de um lado produz riqueza e, do outro, miséria? E, mais que isso, se a miséria assim produzida se torna, ao que tudo indica, funcional para a acumulação de riquezas no pólo oposto?

É notório o fato de que o Estado brasileiro tem de forma mais expressiva tentado combater as mazelas sociais já descritas através de políticas públicas e, de modo mais específico, por meio de políticas sociais. O combate à pobreza foi adotado nos últimos anos como discurso nacional. A respeito da intervenção governamental, no tocante ao direcionamento dos rumos sociais, é válido lembrar os escritos de Polanyi (2000, p. 55), segundo o qual, “o ritmo da mudança muitas vezes não é menos importante do que a direção da própria mudança [...]”

Dentre as várias estratégias utilizadas, o Plano Brasil Sem Miséria é merecedor de análise mais acurada, tendo em vista a sua complexa estrutura, os ambiciosos objetivos que o alicerça e ainda, por tratar-se de um planejamento de ação governamental que une diversos Programas que vem sendo considerados e se consolidando como principais instrumentos no combate à pobreza. Logo, nada mais instigante que desvendar um Plano que pelo menos, em nível de concepção, pretende trazer novas rotas ao país, esboçar novos desenhos da realidade, transformá-la, recriar um novo Brasil.

### 3 | PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: CONCEPÇÕES, OBJETIVOS, ESTRUTURA, ESTRATÉGIAS E PÚBLICO-ALVO.

O Plano Brasil Sem Miséria instituído pelo decreto presidencial nº. 7.412 de 02 de junho de 2011 foi concebido tendo declaradamente como principal objetivo, como o próprio nome do plano sugere, eliminar a extrema pobreza do Brasil. Não se trata do modesto desejo de reduzir a indigência brasileira. O seu compromisso é com a erradicação, extinção, fim da extrema pobreza.

É coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS através da Secretária Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza - SESEP. Embora esteja diretamente sob a responsabilidade do referido órgão, o Plano conta com a parceria de outros ministérios para sua operacionalização.

Uma observação bastante pertinente diz respeito à noção de inclusão que permeia o BSM. A pretensão é incluir indivíduos ao mercado de trabalho e, de modo mais consistente, à cidadania. Ao utilizar as expressões: “incluídos”, e “excluídos”, o governo faz menção a vida cidadã, na qual, a empregabilidade dos indivíduos mostra-se como importante elemento de “inclusão”, em um ciclo maior, ou seja, na cidadania.

O BSM encontra-se fundamentado em três grandes eixos de atuação: a garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos. O Programa Bolsa Família – PBF hoje compõe o BSM e possui significativa notoriedade dentro do mesmo. O tão polêmico Programa integra o primeiro eixo do Plano. Com essa parceria o PBF foi ampliado, fator esse que normalmente já vinha ocorrendo ao longo dos anos. Embora o destaque do primeiro eixo seja o PBF, tem-se também a Ação Brasil Carinhoso e a Bolsa verde nessa mesma esfera, os quais também estão concomitantemente inclusos em outros eixos do Plano.

Pela via da inclusão produtiva, ou seja, do segundo eixo do BSM, tem-se duas classificações, a inclusão produtiva urbana e a rural. É válido ressaltar que a noção de inclusão produtiva é outro conceito também em construção, inacabado, e, portanto sujeito a divergências e questionamentos.

Quanto à forma de interferência do BSM no que concerne à inclusão produtiva em zona rural, Garcia (2011, p. 15) esclarece que “[...] a prioridade é aumentar a produção do agricultor por meio da orientação e do acompanhamento técnico, da oferta de insumos e água.” Para viabilizar essas pretensões, o Plano dentre várias ações, amplia o Programa Água para Todos, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Luz para Todos, bem como o Agroamigo do Banco do Nordeste do Brasil – BNB enquanto Programa de microfinanças rural.

A via da inclusão produtiva urbana, por sua vez, busca ainda segundo Garcia (2011, p.16) “[...] gerar ocupação e renda para os mais pobres [...] mediante cursos de qualificação profissional, intermediação de emprego, ampliação da política de microcrédito e incentivo a economia popular e solidária, entre outras ações de inclusão social [...]”

Essas propostas tomam forma concreta nas cidades, ou seja, nas palavras de Harvey (1980) na “expressão tangível do urbanismo” por intermédio principalmente do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, que disponibiliza cursos gratuitos. Outra forma é o incentivo a formalização dos negócios através do Microempreendedor Individual, como também, por meio do âmbito das finanças com a facilitação do crédito.

Se o volume de Programas parece grande quando se analisa os dois primeiros eixos do BSM, a quantidade aumenta expressivamente quando se toma conhecimento do último. O acesso a serviços básicos envolve Programas que vão desde a assistência social à habitação passando por diversas outras áreas. É nesse eixo do Plano que se encontra Programas e ações como: Minha Casa Minha Vida, Brasil Alfabetizado, Mais Educação, Brasil Sorridente, Olhar Brasil, Cozinhas Comunitárias, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, Programa Saúde na Escola, Aqui tem farmácia popular, entre outros.

Diante dos três eixos, torna-se nítido que o mesmo se propõe a criar o que Katzman (1997) denominaria de “estruturas de oportunidades”. Nesse sentido, o BSM tenta instituir bases para que os menos favorecidos econômico e socialmente, possam por intermédio dessas, vislumbrar o alcance de melhores condições de vida e assim, por meio de estratégias formuladas pela intervenção Estatal, os extremamente pobres sejam “incluídos” na cidadania.

Embora o Plano repasse essa imagem de elemento propulsor e pelo menos em seu desenho estratégico demonstre consciência das diversas facetas da pobreza, segue a tradição nacional de identificá-la e mensurá-la de modo que não passa incólume a críticas. No ato de sua criação, o Plano considerava extremamente pobre todos que auferisse renda per capita mensal de até R\$70,00. Essa linha é a mesma adotada pelo PBF. Foi recentemente alterada pelo decreto nº 8.232 de 30 de abril de 2014 e passou para R\$77,00.

O cenário de extrema pobreza que o Plano se defrontou foi um tanto assustador. Baseado em estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o MDS pôde conhecer melhor seu foco de ação. Os dados oriundos dessas pesquisas são informados por Garcia (2011) ao expor que se tratava de nada menos que 16,27 milhões de pessoas, o que equivalia a 8,5% da população brasileira. Isso, sem considerar as pessoas que não foram alcançadas pela pesquisa, mas que vivem na mesma situação ou até mesmo ainda mais degradante.

O público-alvo do BSM, ainda de acordo com as informações compiladas por Garcia (2011), vivem em sua maioria na zona urbana, são 53,3% nas cidades. Pouco mais de 50% eram mulheres e 70,8% declaram como etnia, parda ou preta. Uma outra característica dessa extrema pobreza anunciada, diz respeito a jovialidade da miséria brasileira, afinal, mais da metade dos extremamente pobres tem até 19 anos.

Não há como deixar de citar a localização da extrema pobreza, principalmente

quando nos referimos a um país de significativa extensão territorial. E, como lembrado por Garcia (2011, p. 15) “a miséria tem caras e necessidades diferentes conforme a região.”

Ainda em consonância com Garcia (2011) 59,07% dos extremamente pobres brasileiros se concentravam no Nordeste, 16,75% no Sudeste, 16,34% na região Norte e no Sul e Centro Oeste 4,40% e 3,43% respectivamente. Esses dados revelam a crueldade da concentração da miséria no país. Na verdade, constata e reafirma uma realidade já conhecida.

Não por acaso o Nordeste abriga a alarmante maioria de indigentes brasileiros. Esses dados apenas expõem uma realidade que permeia a nossa história e cujas raízes são profundas. Evidencia-se a nítida feição da desigualdade que não se restringe a nível individual, mas alcança indiscutivelmente a esfera regional. É exatamente essa a imagem do nosso país. Aliás, antiga imagem, mas que o Plano compromete-se oficialmente em mudar.

#### **4 | BRASIL SEM MISÉRIA COMO ELEMENTO EXTERMINADOR DA EXTREMA POBREZA E PROMOTOR DE “INCLUSÃO”**

Se por um lado tínhamos, de acordo com o parâmetro estabelecido pelo BSM, uma considerável extrema pobreza, concomitantemente a isso, se assistia a um momento que, aliás, se estende aos dias de hoje, de continua proclamação de possíveis melhorias em diversos indicadores sociais.

Dentre tantos os indicadores que apresentaram relativa melhoria, pode-se destacar a contínua redução da desigualdade social ao se acompanhar as mudanças no seu indicador mais renomado, o Índice de Gini. Sem maiores esforços podemos constatar também alguns avanços, mesmo que pequenos, nas taxas de analfabetismo, taxas de mortalidade, números médios de anos de estudo, na renda média da sociedade, no acesso dos serviços públicos básicos das habitações e níveis de empregos formais. Todavia, deve-se atentar para a intensidade das melhorias, como também, para as reais causas dessas

Centrando-se mais diretamente na atuação do Plano, pode-se perceber que no tocante a garantia à renda, a sua mais notória viga de sustentação, segue-se o incremento progressivo da transferência pela via do PBF que teve continuidade no imediato pós BSM. Conforme MDS (2014) a quantidade de famílias beneficiadas em 2010 eram de 12,8 milhões em todo país, já em 2011 quando o plano foi criado, essa quantidade passou para 13,4 milhões e seguiu escala crescente atingindo 14,1 milhões em 2014. Naturalmente se observa essa mesma tendência no que concerne ao volume de recursos que ainda de acordo com MDS (2014), passou de 18 bilhões em 2010 para 26,3 bilhões em 2014.

Embora seja expressiva a quantidade de famílias alcançadas pelo PBF, não há

como assegurar que o mesmo contempla todos os indivíduos em extrema pobreza buscados pelo BSM principalmente pelos pelo fato de que o PBF lida com o conceito de família e, com isso, pode não ter alcançado todos os indivíduos em condição de extrema pobreza além da possibilidade de existência de elegíveis a descoberto.

No que diz respeito à quantidade de recursos injetados na economia anualmente pelo Programa, deve-se reconhecer que possui potencial causador de impactos positivos, entretanto, não se pode esquecer que os efeitos dos mesmos dependem muito das especificidades de cada localidade para onde o recurso é destinado.

Dentre os resultados do BSM, com base em dados do MDS (2014) destaca-se que desde a criação do Plano já foram entregues 750,5 mil cisternas de consumo, foram realizadas 301,6 mil operações do Programa de Aquisição de Alimentos por inscritos no CadÚnico, 267,2 mil ligações elétricas para beneficiários PBF como ação do Luz para Todos. Foram realizadas ainda mais de 1,51 milhão de matrículas no Pronatec e mais de 387,9 mil de unidades habitacionais foram construídas foram destinadas para famílias do PBF por ocasião do Minha Casa Minha Vida. Com um olhar mais atento sobre os números do BSM podemos perceber fragilidades.

Diante desses números deve-se considerar que a grande parte dessas ações não são voltadas exclusivamente para o público-alvo do Plano. Assim, a incógnita do alcance a todo o público-alvo do BSM permanece. Além de que, a qualidade das ações que são desenvolvidas deve ser um importante fator a ser analisado. Deve-se investigar a existência de verdadeiro êxito ou não em torno de cada Programa que compõe o Plano.

Mesmo com essas lacunas o discurso frequentemente vinculado é o da precoce conquista de extermínio da miséria em nosso país. Aliás, discursos esses geralmente respaldados em dados estatísticos. De acordo com informações divulgadas pelo MDS (2014), o fim da extrema pobreza sob um ponto de vista bem específico, ou seja, entre os beneficiários PBF já ocorreu em 2013, no momento em que as últimas famílias que mesmo recebendo a transferência governamental permaneciam na época com renda familiar per capita mensal inferior aos R\$ 70,00 conseguiram ultrapassar essa linha por consequência dos incrementos oriundos do BSM.

Não se faz necessário detalhar os números referentes à extrema pobreza para verificarmos o declínio que, numericamente tem sido mostrado. Os dados ratificam a tendência claramente descendente (ver gráfico I). E atualmente o governo já anuncia um suposto sucesso do Plano. O problema, todavia não reside em analisar a trajetória, mas sim na formulação dos dados que a delineiam. Em entender os números usados para formulação da mesma, em ver o que está por trás e além deles. Os números são decrescentes e isso não há como contestar. Porém, o critério utilizado para identificação da problemática pode obscurecer e até mesmo distorcer a real situação.

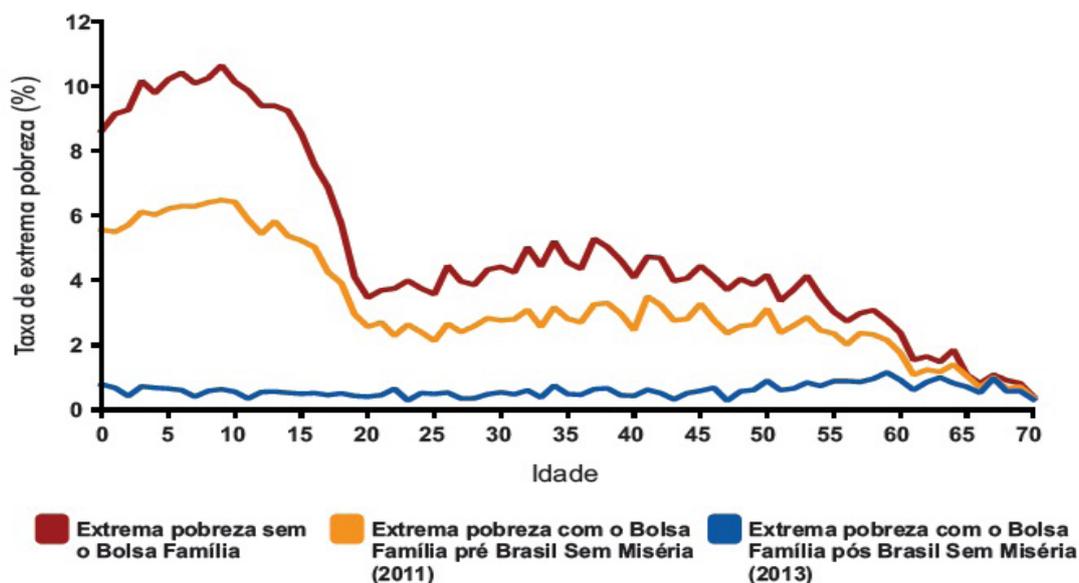


Gráfico I – Evolução da taxa de extrema pobreza por idade no Brasil. Fonte: MDS, 2014.

É exatamente nas bases da propagada redução da miséria, ou seja, na forma como é compreendida, identificada, mensurada e, por conseguinte, avaliada e exposta que consiste as principais inquietações deste estudo. Pode-se de fato, assegurar que a simples ultrapassagem de uma linha de apenas R\$ 77,00 retira as pessoas das condições de extrema pobreza? Elas deixam de integrarem uma realidade de vida degradante, marcada pelo pauperismo e por tantas carências básicas? Isso de fato pode ser entendido como fim da miséria? Como propagar o fim da extrema pobreza quando inúmeros ainda vivem sob condições degradantes de vida e as suas consequências saltam aos olhos?

Ao induzir essa ultrapassagem de linha, o BSM tem consequentemente “incluído” os “excluídos” ao mercado de trabalho e à cidadania? O Plano tem, de fato, assegurado os direitos sociais inerentes a noção de cidadania? E ainda, para completar o ciclo de questionamentos sob os feitos do BSM, tem-se assistido ao surgimento de um novo Brasil?

Diante dos dados, enfatizando mais uma vez, apenas numéricos, deve-se admitir que mudanças de cunho social foram sentidas, todavia, as mudanças sentidas, não podem ser associadas exclusivamente a execução das políticas do BSM. Existe uma conjuntura que a justifica.

Com um olhar social e para além de meros números, embora tenhamos avançado em alguns aspectos, em outros, se observados em profundidade, permanecemos com uma velha face. Cruel, mas real. Parece mais difícil pensar em um novo país, quando velhas problemáticas resistem.

São muitas as interrogações que permanecem em volta do BSM. Em síntese, o Plano tem realmente eliminado a extrema pobreza? Tem “incluído” os “excluídos” e, com isso, tem desenhado uma nova realidade brasileira? Enquanto não houver

conceitos certos, não há certezas. O que de fato é extrema pobreza? O que de fato é “exclusão”?

## 5 | CONCLUSÃO

Ao longo da análise desenvolvida, pôde-se perceber que a extrema pobreza, assumidamente uma problemática social posta nos últimos tempos como foco direto de políticas sociais, tem sua gravidade reforçada por exigir soluções não apenas em nível prático, mas também em nível teórico. Existe uma nítida imprecisão conceitual em torno da extrema pobreza como também da “exclusão”, que não pode ser menosprezada em função principalmente de seus desencadeamentos práticos.

O Plano Brasil Sem Miséria encontra-se diretamente inserido no meio dessa discussão. O mesmo lida com esses conceitos em construção e com suas implicações concretas. Nota-se que o referido Plano apresenta algumas debilidades. Estas residem e irradiam fundamentalmente do caráter conceitual adotado bem como na diversidade e até desarticulação das ações destinadas a vários públicos e não somente ao público-alvo do Plano.

No que concerne ao objetivo principal do BSM verifica-se que o mesmo, conforme o critério delimitador da extrema pobreza utilizada pelo governo, tem obtido êxito. As estatísticas demonstram cada vez mais as visíveis reduções na denominada miséria brasileira. Porém, não se pode esquecer que avaliada apenas pelo repasse de renda, o extermínio da extrema pobreza que representa uma atividade complexa, torna-se simples.

As estatísticas reducionistas contrastam com a existência de uma imensidão de brasileiros que ainda enfrentam condições de vida muito precárias e a infinidade de dificuldades disso decorrente. Logo essas evoluções da extrema pobreza devem ser vistas com um olhar mais acurado. Mais qualitativo e não só quantitativo. Mais real e não apenas estatístico.

A “inclusão” pretendida pelo BSM já se revela, por sua vez, um termo mais complexo de ser enxergado tendo em vista que não possui um elemento mensurador como ocorre com a dita extrema pobreza, que utiliza a metodologia pautada em linha como parâmetro. É difícil assegurar que o BSM tem “incluído” os miseráveis à cidadania quando não há garantia de que todos estão tendo acesso aos benefícios de todos os Programas que integram o Plano e que estes Programas e ações estão sendo eficazes no que propõem.

Não há como negar melhorias relativas, embora ligeiras, nos indicadores sociais no Brasil que são frequentemente divulgados. Todavia deve-se ser consciente que esses não resultam unicamente da política social, e mais especificamente do BSM. Embora este tenha a sua influência, uma série de fatores com extrema significância tem contribuído para isso, inclusive para a própria execução do Plano. Nesse contexto,

a conjuntura econômica tem desempenhado importante função.

Parece um tanto quanto pretencioso sugerir o alcance do fim da extrema pobreza, da verdadeira “inclusão” da imensidão de pessoas em tal situação à cidadania, que embora se trate da efetivação de direitos legalmente assegurados, lamentavelmente carecem de devido cumprimento no Brasil, e ainda se pensar na formulação de um novo país, quando as suas graves mazelas, a extrema pobreza e a desigualdade, alteram as suas faces, mas persistem.

Parece que com olhar mais criterioso sobre o BSM ao contemplar seus efeitos sobre nossa real situação social, podemos observar que embora tenhamos mudado em determinados aspectos e evoluído em outros, ainda permanecemos com características de velho. A aparência ainda enrugada do nosso país nos denuncia. Para se pensar em um novo país, sem extrema pobreza e com “inclusão” de todos indistintamente à cidadania segundo reflexos do BSM, tem que se repensar inicialmente ambos os conceitos usados.

## REFERÊNCIAS

BORDIEU, Pierre. et al. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GARCIA, Alexandre Navarro. Plano Brasil Sem Miséria. In: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Boletim Regional**: informativo da política nacional de desenvolvimento regional. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. Secretária de desenvolvimento regional, n. 12. p.11-18 set./dez. 2010 e jan./abr. 2011.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

KATZMAN, Rubem. **Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad e estructuras de oportunidade**. Oficina de la CEPAL em Montevideo/PNUD, 1997. Proyecto URU/97-017.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. MDS. Disponível em [http://www.mds.gov.br/documentos/Caderno\\_BSM3,5%20anos\\_20112014.pdf](http://www.mds.gov.br/documentos/Caderno_BSM3,5%20anos_20112014.pdf). Acesso em 08 dez. 2014.

OLIVEIRA, Luciano. **Os excluídos ‘existem’?**: notas sobre a elaboração de um novo conceito. Revista Brasileira Ciências Sociais. São Paulo. v. 12, n. 33, Não paginado. fev. 1997.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Trad. Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-060-5

